

# A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TOMBAMENTO DA MAESA

Ariane Pedrotti de Ávila Dias <sup>1</sup>

Recibido: 14/04/2019

Aceptado: 02/10/2019

## RESUMO

Este artigo trata de uma reflexão acerca da postura da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, diante do envolvimento popular no processo de tombamento do complexo industrial da Metalúrgica Abramo Eberle S/A (MAESA). Inicialmente, como forma de compreender melhor o processo de participação popular nos requerimentos de tombamento, será feito um rápido resgate conceitual da noção de patrimônio Cultural e da legislação que levou a uma mudança de paradigmas, iniciando não apenas o processo de envolvimento das comunidades, mas também alterando o entendimento daquilo que deveria ou não ser preservado. Esta retomada de conceitos é importante na medida em que se discutem aqui duas noções bastante atuais: a arquitetura industrial enquanto patrimônio cultural e a participação popular como força motivadora do tombamento de um imóvel. Neste sentido, a pesquisa fará um apanhado histórico da Metalúrgica, sua ligação com o processo de imigração e formação do Município de Caxias do Sul e as relações culturais envolvendo o trabalho na indústria. Por fim, será apresentado como ocorreu o processo de tombamento da MAESA envolvendo a participação popular, focando essencialmente na postura do Município diante da pressão popular, desde a luta pelo tombamento até as discussões de como ocupar os pavilhões.

Palavras-chave: arquitetura industrial - patrimônio cultural - participação popular - MAESA

## LA PARTICIPACIÓN POPULAR EN EL PROCESO DE PRESERVACIÓN DE MAESA

### RESUMEN

Este artículo trata sobre la reflexión acerca de la postura del Ayuntamiento Municipal de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, ante la implicación popular en el proceso de preservación del complejo industrial de la Metalúrgica Abramo Eberle S/A (MAESA). Primero, como forma de comprender mejor este proceso, se hará un rápido rescate conceptual de la noción de patrimonio cultural y de la legislación que llevó a un cambio de paradigmas, iniciando no sólo el proceso de participación de las comunidades, sino también alterando el

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia (MP-CECRE UFBA) - Brasil - pedrotti.ariane@gmail.com

entendimiento de lo que debería o no ser preservado. Retomar estos conceptos es importante en la medida en que se discuten aquí dos nociones bastante actuales: la arquitectura industrial como patrimonio cultural y la participación popular como fuerza motivadora de la preservación de un inmueble. Así, la investigación hará un resumen histórico de la metalúrgica, su conexión con el proceso de inmigración y formación del Municipio de Caxias do Sul y las relaciones culturales implicando el trabajo en la industria. Por último se presentará cómo ocurrió el proceso de protección de MAESA ante la participación popular, enfocándose esencialmente en la postura del Municipio ante la presión popular, desde la lucha por la preservación hasta las discusiones de cómo ocupar los pabellones.

Palabras clave: arquitectura industrial - patrimonio cultural - participación popular - MAESA

## **THE POPULAR PARTICIPATION IN THE PRESERVATION PROCESS OF MAESA**

### **ABSTRACT**

This article is a reflection on the position of the Caxias do Sul City Hall, in view of the popular involvement on the MAESA (Metalúrgica Abramo Eberle S/A) industrial complex's preservation process. Initially, as a way to better understand the process of popular participation, we will have a quick conceptual recap of the notion of Cultural Heritage and the legislation that led to a paradigm shift, not only starting the process of community involvement, but also altering the understanding of what should or should not be preserved. This resumption of concepts is significant to understand two current notions discussed here: industrial architecture as cultural heritage and popular participation as a motivating force for the preservation of a building. Thus, the research will make a historical summary of MAESA, its relation with the Caxias do Sul's immigration and formation process and the cultural relations involving the industrial work. Finally, we will show how the MAESA preservation process involved popular participation, essentially focusing on the Municipality's position in the face of popular pressure, from the preservation effort to the discussions on how to occupy the pavilions.

Key words: industrial architecture - cultural heritage - popular participation - MAESA

### **INTRODUÇÃO**

A noção de Patrimônio Cultural sofreu diversas alterações ao longo dos anos, tendo atualmente um considerável alargamento daquilo que era entendido como patrimônio até o início do século XX. Embora historicamente houvesse um predomínio dos valores estéticos do patrimônio, estas mudanças de entendimento refletiram em uma série de ações tanto por parte do poder público quanto por parte da sociedade civil que permitiram a consolidação gradativa de uma cultura patrimonial voltada para questões mais subjetivas como memória, afetividade e identidade.

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às “grandes obras de arte”, como ocorria no passado, mas se volta também às obras mais “modestas” que com o tempo assumiram *significação cultural*. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento (...), ou seja: como *instrumentos da memória coletiva* e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo “obra de arte”, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação (Kühl, 2006, p.18, grifo nosso).

Como salienta Beatriz Kühl (2006) no trecho extraído acima, o patrimônio enquanto construção cultural é uma noção contemporânea. Esta compreensão teve um longo processo de maturação, passando por diversas fases, desde um entendimento de patrimônio como obra monumental, patrimônio enquanto documento histórico até a recente inserção de valores culturais mais abrangentes, que vieram inclusive a dar abertura, pela primeira vez no panorama histórico brasileiro, a uma reflexão acerca do patrimônio imaterial e sua relevância no panorama cultural brasileiro (Kühl, 2006).

A política patrimonial do Brasil até o final da década de 1970 considerava o que era patrimônio a partir de um critério de excepcionalidade e de monumentalidade, ou seja, somente era considerado patrimônio aqueles bens representativos do poder do Estado ou da Igreja, ignorando qualquer outro aspecto não correspondente. Ainda que com algumas exceções, existia aí uma visão elitista que valorizava a história oficial e extraía dela aquilo que considerava representativo para o Estado. Isto ocorria, em especial, porque havia por parte dos órgãos de preservação uma concepção de que apenas os “especialistas” seriam capazes de fazer juízo de valor e decidir aquilo que poderia ou não ser preservado:

A política patrimonial é vista como uma política de especialistas, que têm a capacidade de decidir sobre o valor e a relevância do que deve ser salvaguardado. (...) no entendimento de que o bem patrimonial é aquele dotado de monumentalidade, que expressa ou os feitos importantes de uma história oficial ou a arte em estado puro (Zanirato, 2009, p. 141).

Aquela noção elitizada de patrimônio provocou uma falta de reconhecimento dos bens por parte da população e um conseqüente distanciamento popular de uma consciência de patrimônio e da importância de sua preservação. Esta soma de fatores acabou por dificultar as ações de salvaguarda por parte dos órgãos técnicos, tornando o diálogo entre Estado e sociedade praticamente inexistente (Cavalcanti, 2015). Essa problemática é também identificada por Henri-Pierre Jeudy (2005) ao evidenciar que “a maioria dos indivíduos que compõe nossa sociedade não teve qualquer participação no processo de construção da identidade nacional oficial, o que acarreta o seu não reconhecimento no patrimônio” (Jeudy, 2005). De forma mais analítica, Fonseca ilustra:

A crítica à hierarquia de valores até então adotada terminou por provocar várias conseqüências na prática dos tombamentos. Em primeiro lugar, a adoção de um ponto de vista que relativiza os juízos de valor e propicia o deslocamento da questão de uma instância exclusivamente técnica para uma instância política. Nesse caso, o recurso à autoridade de quem julga torna-se insuficiente, e outros pontos de vista, de outros

atores, passam a ser levados em conta. Além dos argumentos técnicos, é preciso recorrer também à capacidade de argumentação e à habilidade política. (...) Mas foram sobretudo imperativos de ordem prática que levaram, nesse período, os técnicos do Sphan [Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]<sup>1</sup> a refletir e a discutir em seus pareceres a legitimidade do processo de atribuição de valor adotado pela instituição. (...) A inclusão de novos programas na prática de tombamentos da Sphan teve, portanto, algumas conseqüências não só no quadro de referências conceituais até então utilizado, como também na sistemática de valoração (Fonseca, 2005, p. 202).

A revisão daqueles valores antes buscados como forma de estabelecer uma identidade nacional baseada em um patrimônio representativo de uma única camada social, tem como resultado o reconhecimento da importância da arquitetura popular e de outros tipos arquitetônicos na composição dos bens culturais brasileiros, bem como a ampliação da participação popular e de outros agentes na seleção e identificação dos valores a serem preservados. Não se trata, como bem salientou Fonseca (2005), de excluir o conceito anterior, mas sim de incorporar uma nova visão onde a identidade social coletiva passa a ser o fator transformador dessa noção de patrimônio cultural, ampliando as possibilidades de salvaguarda para bens que antes seriam impensáveis de se preservar.

Sobre estes valores incorporados à noção de Patrimônio Cultural, cabe salientar que é a partir deles que as discussões acerca da preservação ficam mais complexas, dada a pluralidade de agentes envolvidos no processo. O que inicialmente se tratava de um processo puramente técnico e institucional, passa a agregar diversos outros agentes legítimos, como os grupos pertencentes a uma determinada cultura a que se pretende preservar, ou seja, uma comunidade local. Este fator novo é primordial para se compreender as dinâmicas, muitas vezes conflitantes entre estes agentes e que, embora paradoxal, como explicita Cruces (1998), implica em saber os limites de pretensão de cada um e inevitavelmente saber “trabalhar em um campo de contradições”:

Resulta paradójico que sean las sociedades globalmente consideradas – la “comunidad” o “comunidades” y su diversidad de grupos e individuos – el sujeto, titular y receptor de un proceso que sin embargo implica en la práctica, sobre todo, a las instituciones científicas que lo investigan, a las instituciones estatales que lo gestionan y a organismos internacionales que velan por él a distancia. [...] Pero al mismo tiempo se quiere reconocer y activar el carácter de las culturas mismas como sujeto agente. Los especialistas investigan y las instituciones administran, más por definición el patrimonio *pertenece* a la sociedad.

Cualquier noción de patrimonio, del tipo que sea, está edificada sobre esta paradoja que conlleva inevitables asunciones de valor sobre qué se debe ser conservado y por qué razones (p. 81)<sup>2</sup>.

A intenção deste trabalho não é um aprofundamento destas questões, mas apenas ilustrar de forma breve este processo de mudança nos paradigmas e a crescente aproximação aos valores de referência cultural, memória e identidade social e, dessa forma, possibilitar uma compreensão mais ampla do que representa o tombamento da MAESA enquanto arquitetura industrial dentro de um processo de participação popular no quadro histórico das políticas nacionais de preservação.

## A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A legislação brasileira institucionaliza a preservação de seu patrimônio histórico ainda na década de 1930 com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, embora a nível internacional já se tenha discutido alguns tópicos envolvendo a ampliação do conceito de patrimônio cultural em algumas cartas patrimoniais<sup>3</sup>, no Brasil é apenas a partir do processo de redemocratização, em meados da década de 1980, que grupos civis organizados começaram a tomar corpo e se impor nas decisões sobre as cidades (Meira, 2004, p.20) e é somente com a Constituição de 1988 que as primeiras noções dessa democratização começam a aparecer com a inserção da figura da comunidade como ente responsável pela proteção do patrimônio, juntamente com o já inserido Poder Público e a valorização de manifestações culturais.

Enquanto o artigo 215 da Constituição aborda a garantia do exercício dos direitos culturais e o incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, o Art. nº 216 regulamenta as competências da União, dos Estados, dos municípios e da comunidade.

Art. 215

§1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º O Poder Público, *com a colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Constituição Federal de 1988. Grifo da autora)

Estes dois artigos ilustram bem a preocupação com a inserção de questões mais sensíveis da cultura popular, do patrimônio imaterial e ainda do papel das comunidades na identificação de seu próprio patrimônio. Esta descentralização de competências e redistribuição do poder político entre as instâncias governamentais e ainda à sociedade civil trouxe também uma implicação de dever de todas com a proteção do patrimônio, não podendo nenhuma se desonerar desta obrigação (Braz, 2013, p. 129). Com isso, há também uma definição de níveis de preservação, cabendo aos municípios a preservação daquilo que a comunidade local entende como imprescindível para a preservação de sua memória cultural, aos Estados aqueles bens de valor regional e à união apenas aqueles de valor mais abrangente.

Já o Estatuto da cidade<sup>4</sup>, de 2001, coloca o patrimônio cultural como diretriz fundamental para o desenvolvimento urbano da cidade e, no seu capítulo IV, expõe ainda sobre a gestão democrática da cidade:

Art. 43 Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Neste caso fica ainda mais evidente a inserção dos grupos sociais nas decisões municipais que envolvam a cidade. É necessário observar que há um grande espaço temporal entre a Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Cidade, pois esta última já vem em decorrência de uma série de discussões e experiências envolvendo a participação da população nas decisões governamentais.

Analisando ainda a Constituição Federal de 1988, nota-se uma emenda ao Art. nº 216, aprovada em 2012:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Um dos princípios deste Sistema Nacional de Cultura é a “democratização dos processos decisórios com participação e controle social”<sup>5</sup>. A incorporação dessa nova visão à legislação contribuiu substancialmente na prática de salvaguarda daquilo que passa a ser entendido como patrimônio cultural, pois não depende mais apenas de uma visão puramente técnica, mas também de um entendimento comum de um determinado grupo social sobre aquilo que deve ser preservado. Torna-se assim claro o entendimento de que os valores diferem de uma cultura para outra e devem ser formulados dentro de cada âmbito (IPHAN, 2004, p. 319)<sup>6</sup>.

Embora a participação popular na prática tenha sido mais considerável nas discussões para a elaboração de planos diretores, para a salvaguarda do patrimônio natural ou dentro de conselhos municipais com as mais diversas finalidades, começam a aparecer grupos, organizados ou não, em prol da preservação do patrimônio cultural local.

Surge com essa nova fase uma conscientização acerca do papel da cidadania na busca de uma identidade cultural própria toma corpo e diferentes ações de preservação passam a ser cada vez mais comuns. Dentro dessa reflexão, Carsalade (2013) evidencia que:

(...) esse bem cultural tem uma *função social* que é a de orientar as populações e o cidadão no tempo e no espaço, colocando a cada um de nós como partícipes de um grupo comunitário que compartilha de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, conferindo-nos a sensação de pertencimento. (...) Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade que estimula nossos laços afetivos e cidadania. (p. 1, grifo original do texto)

Carsalade (2013) salienta ainda que “a preservação só alcança êxito se legitimada pela sociedade e apoiada em instrumentos de inclusão social e econômica” (p. 6). O que considera vem ao encontro daquilo que foi dito anteriormente sobre a dificuldade de salvaguarda do patrimônio diante da falta de identificação da população para com ele. O autor demonstra uma grande preocupação com os temas voltados à preservação do patrimônio e argumenta principalmente sobre a função social do bem cultural. Essa narrativa demonstra uma sensível preocupação educativa para com a sociedade na busca pela difusão do entendimento do papel da sociedade para com seu patrimônio e vice-versa.

Esta mesma preocupação educativa pode ser observada também na percepção de Pelegrini (2006), quando diz que:

À medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e, ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania. (p. 127)

É possível observar que, embora a legislação coloque a comunidade como mais um ente responsável pela proteção do patrimônio Nacional, fica evidente nas concepções posteriores que a responsabilidade pela preservação passa a ser cada vez mais da comunidade e cada vez menos do Estado, que acaba sendo uma espécie de “agente cumpridor” de demandas populacionais, protegendo aquilo que a comunidade entende como patrimônio.

O fato é que, a partir dessa época, os tombamentos não estão mais relacionados nem a um trabalho prévio de prioridades baseadas em listagens e nem a critérios de seleção explícitos. À medida que solicitações externas através de proprietários, de abaixo-assinados ou de demandas no orçamento vão ocorrendo, delimitou-se um novo universo. Nota-se que continua a coerência em relação ao não-excepcional e não-monumental, mas o poder público deixou de ser o proponente da política de tombamentos. (Meira, 2004, p. 87)

Esse “novo horizonte” de que Meira (2004) fala, não se trata apenas da atuação e envolvimento de grupos sociais, mas também e principalmente uma grande mudança no perfil dos bens que passam a ser tombados a partir desse momento. Não obstante, a participação popular nos processos de proteção do patrimônio a nível de Brasil ainda não é

consideravelmente grande hoje. Há sim um respaldo legal e algumas ações de alguns grupos podem ser enumeradas.

Ainda longe do estágio em que a preservação dos bens culturais se constitua num fenômeno de massas, “*os interessados sendo oriundos da intelectualidade ou de uma elite culta que admira as obras do passado*”. Mesmo assim, nota-se uma intensificação da mobilização por parte da sociedade civil, respaldada pela Constituição e amparada pelo Ministério Público. E se ampliam as discussões acerca do patrimônio cultural imaterial, cuja preservação não era contemplada com um instrumento jurídico apropriado. (Meira, 2004, p. 67)<sup>7</sup>

Há ainda que se citar, dentro deste âmbito, uma crescente preocupação por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com ações envolvendo educação patrimonial para um maior envolvimento das comunidades com seu patrimônio. Nos últimos anos foram elaboradas cartilhas, encontros e inclusive a vinculação de ações de educação patrimonial em conjunto com outras ações e projetos de salvaguarda do patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, de bens integrados e do patrimônio imaterial. Estas ações têm contribuído para que a população reconheça o valor de sua cultura local e mobilize-se pela salvaguarda de seu patrimônio.

## A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

A legislação brasileira a partir da Constituição de 1988 inaugura uma nova fase na preservação do patrimônio cultural brasileiro, onde diversos grupos tomam a iniciativa de mobilização conjunta no esforço de preservação dos mais diversos bens, considerados por esses grupos como representativos de sua cultura e memória.

Ana Meira (2004), em seu estudo sobre as políticas de preservação e a participação popular na capital gaúcha<sup>8</sup> ao investigar a participação popular em processos de tombamento no município, separa os processos por décadas e observa uma grande mudança nos tipos arquitetônicos de interesse para cada período e o significativo aumento, na década de 1990 de edificações destinadas à habitação: “Isso confere uma característica especial ao acervo protegido, pois representa o cotidiano de parte da sociedade civil e não os símbolos do poder do Estado ou da Religião” (p. 88).

No que concerne à participação popular, Meira (2004) cita diversos casos de tombamentos que foram feitos após a mobilização de grupos sociais. Há de se observar neste momento que esses grupos não são compostos apenas pela população civil leiga. Em alguns casos a mobilização partiu de um grupo de professores e alunos pertencentes a uma universidade (p.107), em outros casos há a participação de pessoas ligadas à política, ao próprio serviço público ou até mesmo de intelectuais ou entidades diversas, ainda que, em sua maioria, os movimentos eram encabeçados por arquitetos. Independente de onde tenha partido inicialmente estes movimentos, alguns tomaram proporções tão grandes a ponto de extrapolar aquele grupo inicial e se tornarem movimentos de grande visibilidade e força local, moldando a opinião pública e pressionando para que o poder público veja isso como uma demanda séria a ser resolvida. Este é o caso do que ocorreu com a MAESA.

Talvez o caso mais icônico desta participação social na capital gaúcha, ainda hoje muito lembrado, é o caso da Usina do Gasômetro. Segundo Meira (2004) o movimento inicia em 1980, a partir de matérias do jornal Correio do Povo em defesa da preservação da “história da cidade”. Porém estas matérias são muito esparsas e ainda havia algumas contrárias à preservação. Ainda assim esta movimentação acabou se tornando simbólica a partir do engajamento da população:

Nos anos 80, a mobilização da sociedade civil para a preservação da Usina do Gasômetro difere das anteriores por ter tido uma adesão muito maior de setores organizados da população. A ampla mobilização resultou no abraço à Usina. Foi um momento emblemático das ações de preservação, em Porto Alegre, representando a preocupação da sociedade civil de maneira organizada em relação ao seu patrimônio. (Meira, 2004, p. 110)

Meira (2004) salienta ainda, sobre este caso, que é notável nos depoimentos em defesa do tombamento da Usina a “ausência de argumentos de ordem estética”, mas sempre relacionados à preservação da Usina como um “marco da memória coletiva” da população Porto-alegrense.

Este caso não foi o único na cidade de Porto Alegre, nem mesmo no Estado do Rio Grande do Sul. Meira (2004) descreve em seu estudo diversos outros casos semelhantes. Não caberá aqui detalhar cada um, mas apenas citar alguns de modo a ilustrar este fenômeno. Um desses casos é o da fábrica de discos “A Elétrica” que, em 1990, teve manifestações populares pelo seu tombamento e, em 1996, a partir de um abaixo assinado feito por músicos locais, teve oficialmente o pedido protocolado. Esta vem a ser a primeira inscrição no livro-tombo de Porto Alegre, em 1997, resultante de um abaixo assinado, ou seja, o primeiro tombamento oficial fruto de uma movimentação popular. Meira cita diversos outros casos de casas, conjuntos habitacionais, creches e capelas, onde os pedidos foram feitos a partir de abaixo assinados ora encabeçados por arquitetos, ora pela própria comunidade local ou por moradores das casas que se pretendia o tombamento (Meira, 2004, p. 113-114). Aparece ainda em alguns casos a figura de organizações de bairros, como o caso ainda atual do bairro Moinhos de Vento na Capital.

O fato novo ocorrido em Porto Alegre a partir da década de 90 é que, aos exemplos anteriores, vêm somar-se o olhar dos cidadãos não intelectuais – dos moradores de bairros populares, anônimos na cidade e que passam a tomar a iniciativa de se manifestar em favor de um patrimônio coletivo nos espaços de participação. (Meira, 2004, p. 114)

Fora da Capital, outros casos se sobressaem como a Caixa d’água de Pelotas ou casas de figuras da história do Estado como a casa de David Canabarro na cidade de Santana do Livramento ou a Casa de Bento Gonçalves em Triunfo (Defender, 2012).

Analisando esses tombamentos, Meira (2004) elabora um gráfico com o número de tombamentos ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 e demonstra que os tombamentos originados de pedidos de populares – sociedade civil ou proprietários dos imóveis – passam a ser gradativamente maiores que aqueles que partem diretamente do município.

Estes casos demonstram não apenas o crescente interesse da população no engajamento social em prol do patrimônio cultural, mas também ilustra como essa participação transformou o rol de bens tombados nos últimos trinta anos. Embora ainda sejam tombados aqueles bens de claro apelo de valor arquitetônico, estilístico ou estético, é considerável a quantia de bens cujo valor está na identificação afetiva e cultural de um determinado grupo, local ou regional. Estes valores afetivos e de memória foram relevantes para o tombamento de casas que pertenceram a figuras de referência histórica de cidades, de marcos urbanos, de fábricas que remetiam à memória do trabalho e até mesmo das próprias casas de algumas pessoas comuns e anônimas. O caso da MAESA é mais um caso a ser citado tanto pelo movimento que originou o tombamento, pelas proporções que este movimento tomou, quanto pelos fatores que motivaram os moradores de Caxias do Sul a lutar pela preservação do conjunto.

### O MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A MAESA<sup>9</sup>

A cidade de Caxias do Sul tem sua fundação no período de imigração europeia para o Brasil, sendo a imigração italiana aquela que primeiro se estabeleceu na região, em 1875 (Herédia, 1997, p. 39). No Rio Grande do Sul, o processo de ocupação de terras devolutas foi o grande responsável pela formação de cidades inteiras, já baseadas em uma economia voltada para a indústria. Caxias do Sul cresce, então, como um polo industrial da região de imigração.

Os exemplos de indústrias originadas deste circuito são de grande relevância, tendo muitas delas evoluído a ponto de tornarem-se alguns dos maiores grupos empresariais do Estado. (...)

Na zona de imigração italiana, Caxias do Sul foi, por excelência, o grande centro, e foram expressivos os casos de empresas industriais formadas a partir de uma acumulação de capital comercial que se dedicaram à fabricação de vinho, banha e farinha (Pesavento, 1985, p. 30).

No que diz respeito à Metalúrgica Abramo Eberle<sup>10</sup>, Pesavento (1985) a classifica como uma “evolução da unidade artesanal para a empresa fabril-manufatureira”, ou seja, uma empresa que iniciou como o tipo citado acima e desenvolveu gradativamente para a grande fábrica:

(...) parece ter ocorrido em alguns casos a realização paralela de atividades comerciais com o trabalho na unidade artesanal doméstica, proporcionando assim, ao mesmo agente social, um capital acumulado que passou a ser aplicado na atividade produtiva e tornou-se responsável pela sua transformação qualitativa. Como exemplo, tem-se o caso de Pieruccini e de Eberle, em Caxias, na zona de imigração Italiana. Ambos romperam com a intermediação comercial alemã que se fazia na área e passaram a colocar eles próprios sua produção no mercado do centro econômico do país. Este tipo de atividade comercial paralela à produtiva possibilitou a adição de capital-dinheiro na unidade de produção doméstica, permitindo a sua ampliação. Pieruccini tornou-se proprietário de uma das mais importantes cantinas de fabricação de vinho, e Eberle, da conhecida e destacada metalúrgica gaúcha. (Pesavento, 1985, p. 32)

Pesavento (1985) destaca ainda o desenvolvimento de um setor que ela chama de “indústria artificial”<sup>11</sup>. Este setor seria justamente o metal-mecânico, que conseguiu estabelecer um mercado próprio na região. A estratégia, em grande parte foi focar a produção naqueles itens que seriam essenciais tanto para outras indústrias no fabrico de seus produtos quanto para os artigos de necessidades imediatas da própria colônia<sup>12</sup>.

(...) foi ainda o complexo imigração-colonização o responsável tanto pela importação de máquinas necessárias à instalação de uma unidade fabril quanto pela produção interna das mesmas, além da fabricação de peças e realização de reparos. Desde muito cedo, formou-se um setor metal-mecânico no estado, surgido a partir do complexo colonial. As empresas mais significativas foram: Eberle, Berta, Gerdau, Becker, Wallig, Uhr. Apesar de não utilizar matéria-prima de origem agropecuária, o setor metal-mecânico esteve sempre voltado para esta área da economia em termos de mercado. (Pesavento, 1985, p. 36)

Este setor era tão forte que, mesmo quando o estado oscilava entre períodos de grande crise<sup>13</sup> e de desenvolvimento, conseguiam se manter e até mesmo crescer, devido à sua economia estar voltada ao mercado interno. Esta narrativa de Pesavento (1985) deixa clara a trajetória de sucesso econômico que a MAESA teve desde a sua criação, e este é um dos motivos que aqui elenco como responsáveis pela Metalúrgica produziu uma memória coletiva tão forte na cidade de Caxias do Sul. Mas ainda se agrega a isso o fator humano, fundamental para essa compreensão.

Desde a sua fundação, em 1886 (Bueno, 2009; Lazarotto, 1981), como uma pequena funilaria, a Eberle passa de apenas dois funcionários, vizinhos e amigos da família, para 250 em 1920 e chega a ter, até a década de 1980, 1.300 funcionários (Lazarotto, 1981; Museu e Arquivo Histórico Municipal, 1996). Isso foi um reflexo do próprio crescimento da fábrica, que, ao longo dos anos, incorporou mais e mais artigos à sua linha de fabricação, estendendo de produtos domésticos como lamparinas, talheres e utensílios diversos a cutelaria, artigos militares, de montaria, motores, alfaiataria, objetos sacros, peças de esculturas artísticas, tipografia e mais uma infinidade de produtos (Museu e Arquivo Histórico Municipal, 1996).

Para os setores industriais de base, ao caso das metalúrgicas, a década de 1930 foi uma das mais prósperas, uma vez que o governo Vargas incentivou seu crescimento, através de uma política nacionalista. Para algumas ainda, uma vez que se tratava de um regime autoritário apoiado pelo exército, este fomento vinha da demanda de materiais e equipamentos para uso do exército, como espadas, punhais, artigos de montaria, medalhas e acessórios diversos de farda. Essa demanda fazia com que a produção aumentasse significativamente, tornando este ramo industrial como de interesse militar.

Em especial, o setor metal-mecânico tendeu a beneficiar-se das fases de contração da capacidade de importar, com o período da Grande Depressão que se seguiu à crise de 29 e à Segunda Guerra Mundial. Ante as oscilações cambiais desfavoráveis ou a impraticabilidade de adquirir tecnologia no exterior face ao conflito internacional, a indústria metal-mecânica local ocupou espaços tanto no fornecimento de máquinas quanto na reposição de peças.

A Eberle, por exemplo, que supria desde há muito tempo as Forças Armadas brasileiras com materiais de equipamento e armamentos de sua fabricação, foi muito beneficiada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Pelo Decreto 11.081, de 10 de dezembro de 1942, fábrica entrou na escala estratégica de fornecimento de material de guerra para o Exército e para o aparelhamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB). (Pesavento, 1985, p.87)

Note-se que o decreto acima citado entra em vigor alguns anos antes da construção da segunda fábrica, momento em que a Eberle está no seu auge.

A cada novo produto incorporado à sua linha de produção, um novo pavilhão era construído e mais funcionários eram contratados, de modo a dar a infraestrutura necessária para a fabricação que se iniciava. Dessa forma, a área da primeira fábrica, no centro da cidade, toma o quarteirão e surge a demanda por um novo espaço, não apenas para a fabricação de novos produtos, mas também para a transferência de algumas linhas de produção cujo espaço na área central ou era obsoleto, ou demandava acesso facilitado de escoamento de produtos para fora da cidade.

A segunda fábrica da Eberle, a MAESA, tem seu primeiro projeto aprovado em 1945<sup>14</sup> e, ao longo de mais de 30 anos, tem seus pavilhões construídos de acordo com a mesma lógica da primeira fábrica, até que seu quarteirão também fosse todo ocupado. Não é a intenção aqui uma interpretação arquitetônica da história da MAESA, embora essa abordagem seja, em partes, importante para o entendimento do todo. O tombamento a que me debruço nesta pesquisa é o da segunda fábrica, embora o que tenha levado a esse processo, em grande parte tenha a ver com a trajetória da empresa como um todo.

Com a fusão da Eberle à empresa Zivi-Hercules, em 1985, hoje conhecida pela marca Mundial, a fábrica passa a operar parte em Caxias do Sul, parte na cidade de Gravataí, sede da então Zivi-Hercules (Bueno, 2009, p. 109), após algum tempo, as duas primeiras fábricas da Eberle sofrem um esvaziamento e, enquanto a MAESA é locada por outra empresa<sup>15</sup>, e continua operando como indústria metalúrgica, a primeira fábrica, por estar em uma área central e muito valorizada, aos poucos vai perdendo seus pavilhões. De um quarteirão inteiro, apenas dois grandes prédios são mantidos, mas apenas um é de fato tombado, em 2006, mais por suas características arquitetônicas em estilo art déco, do que por ser um remanescente da arquitetura industrial (Figura 1). Este edifício foi locado pela Mundial à uma faculdade local (Prefeitura de Caxias do SUL, 2008), enquanto o segundo pavilhão ainda em pé, resiste apenas a fachada, pois foi totalmente modificado para uso como estacionamento. Esta postura com relação ao tombamento da primeira fábrica, posteriormente é bastante criticada pela população, quando surgem os debates acerca do tombamento da segunda fábrica.



Figura 1. Evolução dos edifícios da Eberle. Ao centro o quarteirão da primeira fábrica destacando o edifício tombado. Abaixo o primeiro pavilhão construído da Maesa. Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal (1996, p. 13).

## O TOMBAMENTO DA MAESA

O processo de tombamento da MAESA transcorreu de forma lenta e conturbada. Como se trata de um evento recente e ainda em processo, a maioria dos fatos aqui relatados foram baseados em matérias e eventos relatados em mídias diversas, entrevistas e documentários fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal e pelo banco de memória da Câmara de Vereadores Municipal.

A partir da fusão da Eberle com o Grupo Zivi em 1985, até meados da década de 1990, o grupo então chamado zivi-Hércules-Eberle operou na cidade de Caxias do Sul utilizando as instalações da MAESA, porém, devido à sede do Grupo Zivi estar na cidade de Gravataí, a fábrica passa a operar apenas neste município e na terceira fábrica da Eberle, fora da cidade de Caxias do Sul (Bueno, 2009, p. 109)<sup>16</sup>. As instalações da MAESA são então locadas para o Grupo Voges, em 2003 (Abreu, 2014)<sup>17</sup>, estando ainda operante no local atualmente.

Enquanto a primeira fábrica teve seu tombamento efetivado a nível municipal no ano de 2006, o conjunto da MAESA sofreu apenas um processo de inventário arquitetônico que, apenas no ano de 2011 é encaminhado ao IPHAE-RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul), que dá parecer favorável ao tombamento do conjunto a nível municipal<sup>18</sup>.

Neste mesmo ano de 2011 a MAESA passa a pertencer ao Estado do Rio Grande do Sul por adjudicação da Mundial S/A, ou seja, o imóvel é dado como pagamento de dívidas

judiciais (Museu e Arquivo Histórico Municipal, 1996). Não obstante, a Empresa Voges continua ocupando a fábrica como locatária, não mais da Mundial, mas do Estado do Rio Grande do Sul.

De 2011 a 2013 não há grandes informações referentes ao andamento do processo de tombamento do conjunto da MAESA, é apenas em 2013 que as primeiras sessões públicas da câmara de Vereadores são feitas para a discussão do tombamento. Neste período é possível localizar apenas alguns poucos movimentos, ainda sem muita adesão, encabeçados por intelectuais entusiastas da preservação da memória da cidade de Caxias do Sul.

Entre dezembro de 2012 a março de 2013, surge o projeto “A Honra do Trabalho”, elaborado por um grupo multidisciplinar de estudantes<sup>19</sup> e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e pela Lei de Incentivo à cultura. Este projeto teve por objetivo resgatar a memória do trabalho na Metalúrgica Eberle através de um documentário elaborado a partir de entrevistas com antigos operários da fábrica. O trabalho contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre historiadores, arquitetos e funcionários do Arquivo Histórico Municipal, tendo como resultado, além do documentário, vários artigos publicados e outras entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas<sup>20</sup>. O resultado deste trabalho foi amplamente divulgado em várias sessões gratuitas em diversos locais da cidade a partir de março do mesmo ano<sup>21</sup>.

O documentário traz uma narrativa emocionada de antigos operários da Eberle que contam suas trajetórias dentro da empresa. O projeto em si já direciona a um apelo pela preservação da MAESA enquanto conjunto, uma vez que, além da narrativa da história de trabalho de cada entrevistado, os ex-operários são indagados pelos entrevistadores se acham que a MAESA deve ser preservada e por quê. O que se conclui com as entrevistas do documentário é que há uma memória afetiva muito forte por parte destas pessoas, que trabalharam 20, 30, até 40 anos na empresa e começa então a se desenhar uma espécie de “campanha-apelo” desses senhores e senhoras ex-operários pela preservação do conjunto da MAESA.

Ocorre que, naquela primeira sessão pública da Câmara de Vereadores para discutir o tombamento da MAESA, realizada em 15/07/2013, o Estado do Rio Grande do Sul estipula uma multa indenizatória de R\$60.000.000,00 caso a metalúrgica fosse realmente tombada<sup>22</sup>. Nesta mesma audiência é designada uma comissão temporária para o acompanhamento do processo de tombamento. Em audiências subsequentes, o Estado sugere a venda da área, sendo que essa venda seria dividida em 65% para o mercado imobiliário e apenas 35% para o Município; ou ainda sugeria a divisão da área em quatro partes, sendo que destas, apenas uma parte ficaria para o município, mediante pagamento de R\$30.000.000,00, ou seja, metade do valor anteriormente estipulado para a multa pelo tombamento da área total<sup>23</sup>.

**A PROPOSTA DO GOVERNO ESTADUAL É VENDER 65% DA ÁREA DA MAESA:**



**E A DA PREFEITURA, QUAL SERÁ? 2**

**QUEREMOS 100% MAESA, E VOCÊ?**



SEGUNDO A IMPRENSA, DAS 3 PROPOSTAS DO MUNICÍPIO AO GOVERNO DO ESTADO, APENAS A PRIMEIRA (COMPRA DA ÁREA POR R\$30.000.000,00 A SEREM PAGOS EM 10 ANOS), POSSIBILITARÁ A PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO. NAS OUTRAS DUAS, AS ÁREAS SERÃO FRAGMENTADAS: O MUNICÍPIO FICARÁ APENAS COM PARTE (ÁREA 1) E LIBERARÁ A CONSTRUÇÃO NO RESTANTE (O QUE HOJE É PROIBIDO). 3

Figuras 2 e 3. Campanhas realizadas em resistência às propostas sugeridas para a MAESA durante as audiências públicas para decidir o tombamento do complexo<sup>24</sup>.

Ao que tudo indica, tanto o projeto “A honra do trabalho” quanto as polêmicas negociações entre Estado e Município repercutiram na mídia local entre os anos de 2013 e 2014, transformando a MAESA em notícia constante e transformando a opinião pública, que passa a se posicionar a respeito do assunto.

Em 2014 surge então o movimento intitulado “100% MAESA”, destinado a divulgar as ações de negociação entre prefeitura e Estado, convocar a comunidade a participar das audiências e realizar ações em prol do tombamento de 100% da MAESA e não apenas de parte dela, como era o que se desenhava até então. O movimento ganhou então uma página em uma rede social que teve grande adesão da população<sup>25</sup>.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada na câmara de vereadores, dia 19/05/2014 4**



Governo Estadual quer vender a área (65% para o mercado imobiliário e 35% para o município, conforme Jornal Pioneiro 20/05/2014). E a única posição clara do município foi pela abertura de uma rua, fragmentando o conjunto.



Figuras 4 e 5. Campanhas de resistência e mobilização contra a fragmentação da área da MAESA<sup>26</sup>.

Outro movimento surgido no mesmo ano foi o “Faço Parte MAESA”, criado na mesma rede social do movimento anterior, e segundo a própria página se trata de um “Movimento de Cocriação e engajamento das pessoas para ocupação de espaços públicos e preservação do patrimônio histórico de Caxias do Sul”<sup>27</sup>.

Observando as publicações das páginas, podem-se observar ainda outras polêmicas envolvendo o tombamento, como a abertura de uma rua que dividiria o conjunto; rua esta que foi projetada e já descartada logo após a implantação do primeiro pavilhão no local devido a impedimentos topográficos; ou o asfaltamento de uma das ruas no entorno da MAESA apenas para sediar o desfile de rua do carnaval e da Festa da Uva, maior evento do Município.



Figuras 6 e 7. Campanhas de participação da comunidade em debate sobre a fragmentação da MAESA e contra o asfaltamento de uma das ruas principais da MAESA<sup>28</sup>.

Embora a pressão popular fosse grande, notícias davam conta de que o interesse do município na área era exclusivamente por interesse político, uma vez que, com a ocupação dos pavilhões, não mais precisaria pagar aluguel de algumas de suas secretarias. Sugeriram ainda que o interesse seria puramente financeiro, dividindo a área entre Município e Estado, para que cada um fizesse o capital necessário para os projetos de governo considerados mais importantes<sup>29</sup>.

Dois fatos importantes podem ser ressaltados neste momento. O primeiro é a postura aberta do município em relação à participação da comunidade nas decisões acerca do tombamento da MAESA ou outros assuntos interligados a este. Se não todas, a maioria das publicações ou matérias de jornais locais se referem a discussões iniciadas em audiências públicas. Embora as medidas iniciais tenham sido polêmicas e tenham causado grande reação contrária por parte da população, o município demonstrou grande interesse nas discussões com a comunidade, formando comissões para o acompanhamento do processo e realizando audiências públicas mensais. O segundo fato a ressaltar é que o município, em grande parte, cedeu à pressão popular que estes movimentos trouxeram, acabando por levar novas propostas ao Estado na tentativa de conseguir o tombamento total da área.

No que concerne ao prolongamento da Rua Vereador Mário Pezzi, passando pelo meio do quarteirão da MAESA e dividindo a área em duas partes, previsão feita no plano diretor municipal, a pressão popular surtiu efeito, tendo a proposta vetada por lei em 19/11/2015

em sessão da câmara de vereadores<sup>30</sup>. Já a briga pelo não asfaltamento da Rua Plácido de Castro não teve tanto sucesso. A alegação da prefeitura era a impossibilidade da realização do carnaval de rua e dos desfiles da Festa da Uva em calçamento de paralelepípedo. A população foi contrária às alegações, comprovando que ambos os eventos historicamente aconteciam sobre este mesmo pavimento, não havendo a necessidade de asfaltar sobre um pavimento que, embora rugoso, era muito regular.

Apesar disso, a prefeitura seguiu com os trâmites pelo asfaltamento e teve então uma liminar protocolada contra o andamento da obra, porém o município recorreu da liminar e o asfalto foi feito ainda em 2015.

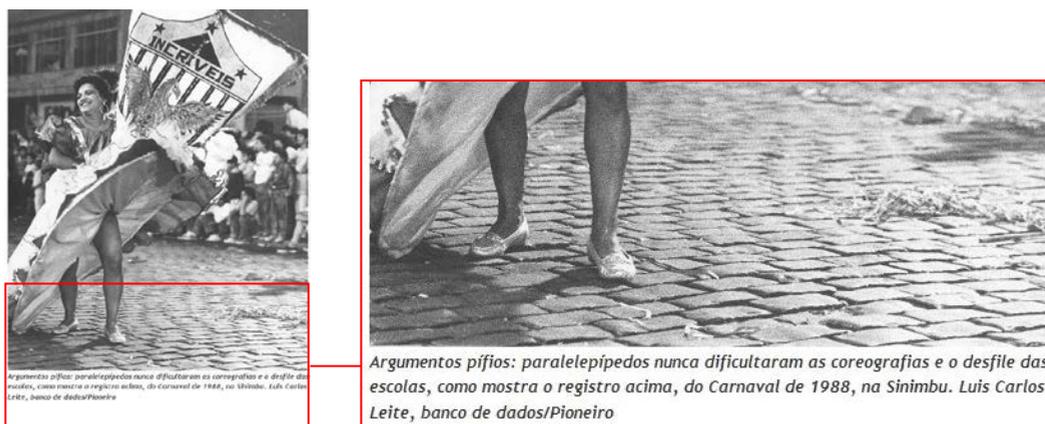


Figura 8. Campanha contra o asfaltamento da Rua Plácido de Castro<sup>31</sup>.

Voltando à questão do tombamento, uma das demandas em negociação com o Estado era a doação da área para o Município, para que este definisse e gerisse um novo uso dentro das diretrizes legais estabelecidas pela legislação local de patrimônio datada de 2012<sup>32</sup>. A intenção, segundo o município, era dar um uso cultural à MAESA, “devolvendo-a” à população. Aparentemente, o que se negociava era um tombamento mediante a doação da área, que inicialmente se tratava de negociação de algumas partes, desmembrando a área, até que a pressão popular pelo tombamento de todo o conjunto tomou volume e passou a ser discutido entre as partes interessadas.

Após algum tempo de negociações, o então Governador do Estado Tarso Genro assina o termo de doação em 03/07/2014<sup>33</sup>, que posteriormente é encaminhado para análise da Assembleia Legislativa e enfim sancionado pelo Governador em 02/12/2014<sup>34</sup>. Este termo de doação é, na verdade, uma lei<sup>35</sup> que prevê uma série de encargos a serem cumpridos pelo município em determinados prazos que, em caso do não cumprimento de alguma das cláusulas, a doação seria revertida novamente ao Estado.

É apenas após essa sanção Estadual que o Município finalmente formaliza o tombamento<sup>36</sup> do conjunto da MAESA em 100% de sua área, em 28/01/2015 e, como primeira medida em resposta à Lei de doação, o município formula nova comissão para a elaboração do plano de ocupação da área, que deve ter “uso público especial com finalidade

cultural, de instalação de equipamentos públicos e de funcionamento de órgãos públicos, em que seja garantido o manejo sustentável do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural por ele constituído”<sup>37</sup>.

Cabe ressaltar que, dos quarteirões que ficaram de fora da ação de tombamento, um deles é de extrema importância para a história da MAESA. Trata-se da existência de um edifício que era a matriz energética da fábrica, a central de energia elétrica. Diferentemente de outras fábricas onde a matriz energética era o carvão, e por isso possuíam grandes chaminés, a MAESA é construída em um período de mudanças tecnológicas, dispondo de energia elétrica para seu funcionamento, logo a chaminé não está presente em sua paisagem, mas possui, por outro lado, uma central de distribuição de energia (Figura 9), representada por este edifício. Como este quarteirão não sofreu tombamento, nem seu edifício, o símbolo da “modernidade” do conjunto acaba fora das ações de preservação e, possivelmente, venha a desaparecer em breve.



Figura 9. Central de energia elétrica da MAESA. Localizado na rua Dom José Barea, em frente ao pavilhão 01. Fonte: Acervo pessoal da autora.

No que concerne ao plano de ocupação, segundo a lei, deve ser discutido e detalhado com ações e prazos para a execução de cada etapa e deve ser entregue para aprovação do Estado no prazo máximo de um ano.

Durante este período a comissão de ocupação da MAESA, formada por onze instituições, realizou reuniões periódicas e audiências públicas mensais até a finalização e apresentação do Plano ao Estado dentro do prazo estipulado<sup>38</sup>. Ocorre que, dentro deste plano detalhado com os devidos prazos, constava um limite de um ano para o início da ocupação do imóvel, ou seja, o complexo deveria estar com processo de ocupação ou ao menos em obras para viabilizar o novo uso até dezembro de 2017. Porém, como já citado anteriormente, a empresa locatária do imóvel ainda não desocupou boa parte dos pavilhões até a presente data, inviabilizando que parte do projeto seja de fato executado.

Quanto ao Plano de ocupação e a definição dos usos, o município procedeu as audiências e consultas públicas previstas e o projeto final respeita em grande parte às demandas da população, porém, conforme foi acordado na própria lei de doação, e que o município antes do tombamento já demonstrava um interesse maior com relação a área, o primeiro item elencado foi justamente o uso de parte dos pavilhões para abrigar secretarias municipais que até então pagam aluguel.

Dentre as demandas da população para a ocupação da área, consta em primeiro lugar um mercado público, já que a cidade possui aproximadamente 40 feiras de rua, sem infraestrutura própria, mas não possui mercado público (Xavier, 2016, p. 4). Outras demandas são uma biblioteca pública maior e salas de teatro e espaços para eventos.

Embora a prefeitura tenha, neste ano, elaborado uma nova comissão, desta vez para a organização da ocupação da MAESA<sup>39</sup>, com os prazos se esgotando e as negociações ainda em curso para que a locatária do imóvel o desocupe, o que tem se desenhado é a priorização pela rápida ocupação, sem um projeto de estudo aprofundado de zoneamento de funções, diretrizes formais de intervenção ou até mesmo de restauração antes que os pavilhões sejam devidamente ocupados, em outros termos, a ocupação será feita inicialmente com a transferência das secretarias da prefeitura, ainda que de forma adaptada, para que o prazo não seja perdido.

Em 2018, foi ocupada apenas a porção frontal térrea do pavilhão 8, que tem acesso pela rua Plácido de Castro, por uma secretaria municipal. Com a interrupção das reuniões para a definição da ocupação do restante do conjunto por parte da prefeitura, novos movimentos voltam a acontecer, como o recente evento “Abrace a MAESA”, realizado por grupos artísticos e coletivos da cidade (Figura 10).

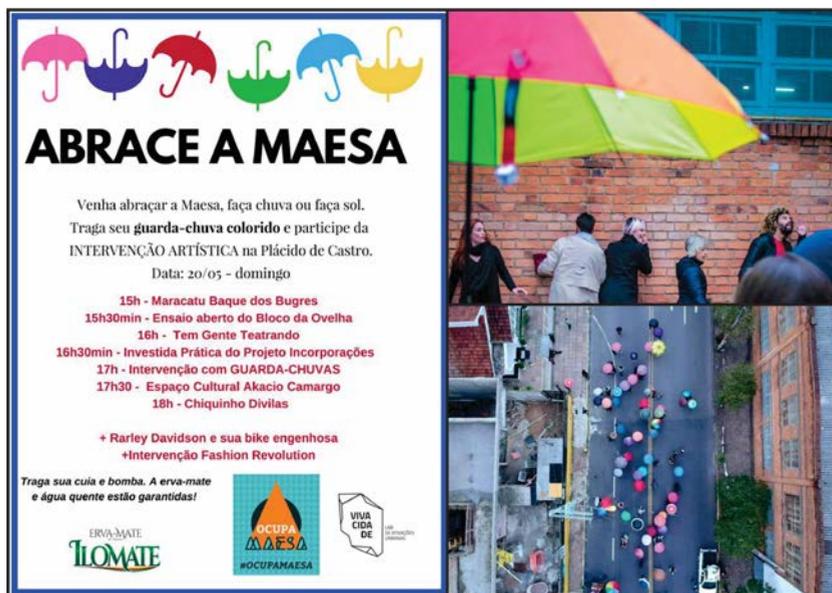


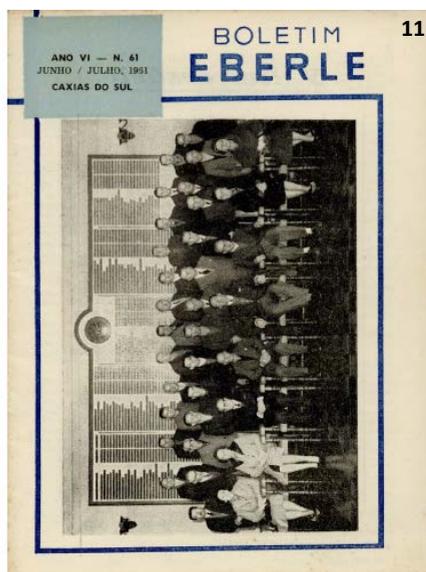
Figura 10: Evento Abrace a MAESA, realizado em maio de 2018<sup>40</sup>.

## MAESA, UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA

Para compreender melhor esta trajetória, é necessário frisar alguns dos fatores que levaram à grande repercussão do processo de tombamento da MAESA. A partir da análise dos documentários, estudos realizados pelo próprio Arquivo histórico Municipal e também pelos coletivos formados em prol da preservação da fábrica, fica evidente a forte relação afetiva que a população Caxiense tem com a Metalúrgica, e isso pode ser observado nos discursos relacionados à sua preservação, sempre justificando a importância do tombamento pela memória que ela representa a este grupo de pessoas, não apenas pelo trabalho em si, mas também pelas relações sociais formadas a partir deste núcleo que era a fábrica.

Isso acontecia porque politicamente, a empresa mantinha um relacionamento muito pessoal com seus funcionários e com a comunidade caxiense, participando e promovendo eventos locais, como a Festa da Uva e campeonatos esportivos de diversas áreas. Com os operários, manteve relações de cunho paternalista, fomentando diversas áreas como educação, cultura, esporte, lazer, saúde e moradia (Museu e Arquivo Histórico Municipal, 1996).

Ao analisar um periódico da própria Eberle<sup>41</sup> é possível observar que, além das ações realizadas pela empresa, o tratamento com os funcionários era muito pessoal, colocando em destaque o trabalho, o aprendizado e até mesmo premiando funcionários com promoções ou prêmios por tempo de serviço. A cada edição, que nos primeiros anos era mensal, havia uma coluna que apresentava ao leitor as sessões da MAESA, explicando o que era fabricado, mas a ênfase maior era em quem chefiava a sessão e quem eram os funcionários que ali trabalhavam, incluindo uma clássica fotografia de toda a equipe.



Figuras 11 e 12. Capa e página 16 do boletim Eberle de junho/julho de 1961. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami<sup>42</sup>.

Na área da educação, a Eberle fornecia cursos de alfabetização aos seus operários e, sempre que uma turma se formava, havia matéria de destaque no Boletim. O mesmo ocorria com os cursos de desenho técnico que eram fornecidos aos funcionários, uma vez que eles desenhavam as peças que eram produzidas na fábrica, de talheres a objetos sacros. Havia ainda cursos de corte e costura destinado às mulheres, cursos de formação social para gerentes, entre outros. Estes cursos eram ministrados através de uma Fundação de nome homônimo criado pela Eberle.

Outra coluna de destaque na revista era destinada àqueles funcionários que completavam seus 25 anos de trabalho na empresa, tendo além de destaque no Boletim, uma solenidade de homenagem aos serviços prestados. Aqueles funcionários que completavam ainda mais tempo de serviço, igualmente tinham destaque na revista, assim como aqueles que se aposentavam na empresa.

Na área do esporte e lazer, a empresa incentivava a prática de esportes, tendo à disposição dos funcionários não apenas um pequeno campo de futebol, quadras de basquete, de vôlei e de bocha como também criaram o Grêmio Atlético Eberle, onde estas práticas esportivas eram incentivadas<sup>43</sup>.

Segundo Franco e Franco (1946), O Grêmio Atlético Eberle tinha inicialmente a função de incentivar a prática de esportes, com times de futebol, basquete, atletismo, tênis e até esgrima (Figura 13), promovendo diversos torneios nestas categorias. Porém, o Grêmio foi além, criando um Departamento de Cultura, com biblioteca, jornais e revistas à disposição dos associados, um curso primário de 1ª a 4ª série e aulas de desenho técnico e artístico, tudo de forma gratuita. Esta assistência com o tempo passa a aceitar membros externos do quadro de funcionários da fábrica.

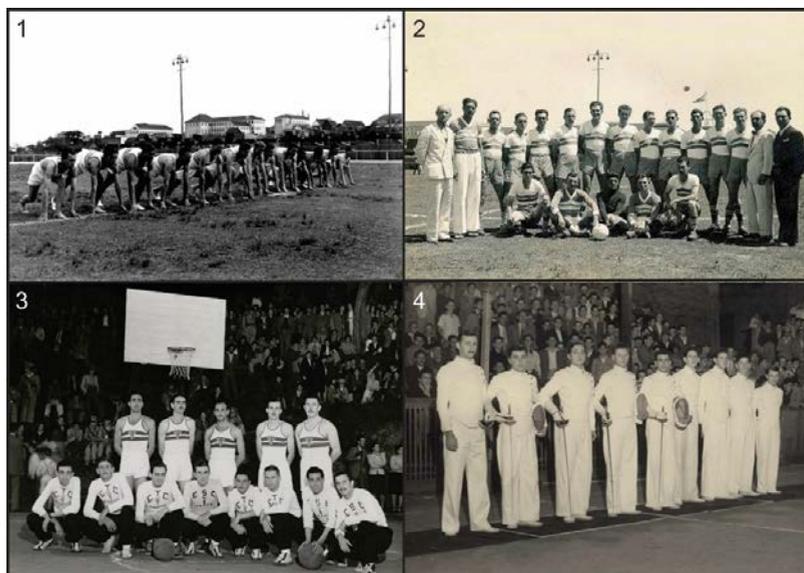


Figura 13. Equipes do Grêmio Atlético Eberle: 1. Atletismo; 2. Futebol; 3. Basquete; 4. Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, compilado e adaptado pela autora.

No setor cultural a abrangência era ainda maior, promovendo além de olimpíadas culturais de integração entre seus funcionários, como financiando eventos diversos, como o mais importante da cidade, a Festa da Uva. Na área de saúde e moradia, a Eberle atuava através de planos de saúde, atendimentos médicos e até mesmo realizava empréstimos através de linhas de crédito.

Ao lado dêsse (sic) empreendimento (...), caberia mencionar as seções de cooperação social-trabalhista, estabelecidas pela própria direção da firma, e que visam a assistência médica, com os gabinetes médicos já em pleno funcionamento, a assistência alimentar, por meio de seu moderno refeitório e o departamento da casa própria que facilita aos colaboradores a construção de seu lar. (Franco e Franco, 1946, 4ª parte)

Frizzo (1997) destaca ainda a existência de programas de formação, qualificação e de promoção interna dos operários baseada em uma espécie de plano de carreira. A qualificação foi importante para a empresa especialmente devido à renovação de tecnologias, como a fabricação de motores, por exemplo. Neste sentido, a criação do Senai Nilo Peçanha, em 1944, em terreno ao lado de onde seria construída a MAESA no ano seguinte, foi de grande importância para a Metalúrgica (p. 295).

(...) a firma oferecia aos empregados a possibilidade de estudo, assistência social, promoções internas, dentre outras vantagens. O fato de ser uma grande empresa na região e a prática de pagar pontualmente os salários criou uma imagem positiva da mesma na comunidade. (...)

O empresário, ao proporcionar aos operários a possibilidade de estudar, não só qualificava a mão-de-obra (sic) e aumentava a produtividade, como dispensava a custosa prática de contratar os operários estrangeiros qualificados. (Frizzo, 1997, p.314)

Quanto à casa própria, a empresa, através de seu arquiteto Sylvio Toigo, elaborava os projetos das casas, no mesmo padrão das casas comuns na cidade, com embasamento em pedra e o restante em madeira. Nota-se que o sistema de aquisição das casas era diferente do padrão usual de vila operária. As casas eram construídas na medida em que havia a demanda, em lotes de propriedade da Metalúrgica, desmembrados na Rua Santos Dumont, dois quarteirões a norte da MAESA e eram fornecidos aos operários a partir de financiamento (Lazarotto, 1981, p. 121). Em pesquisa ao acervo do Arquivo Histórico Municipal foram encontrados quatro modelos diferentes de casas, padronizadas por tamanho (Figura 14). Um destes modelos, inclusive, está reproduzido em uma edificação dentro da MAESA utilizada como salão de festas, próximo ao lago, talvez como forma de memorial (Figura 15).



Figura 14: Modelos das casas projetadas para os operários. 1945-1947. Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, fotografado e adaptado pela autora.



Figura 15: Modelo de casa operária reproduzido no pátio da MAESA. 2016. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Além das casas em madeira foi encontrado ainda o projeto de um hotel operário a ser construído na rua Treze de Maio, porém não há indícios de que o mesmo tenha sido de fato

construído. Seu estilo imponente em Art Déco remete ao estilo do prédio do relógio da fábrica 1 (Figura 16).

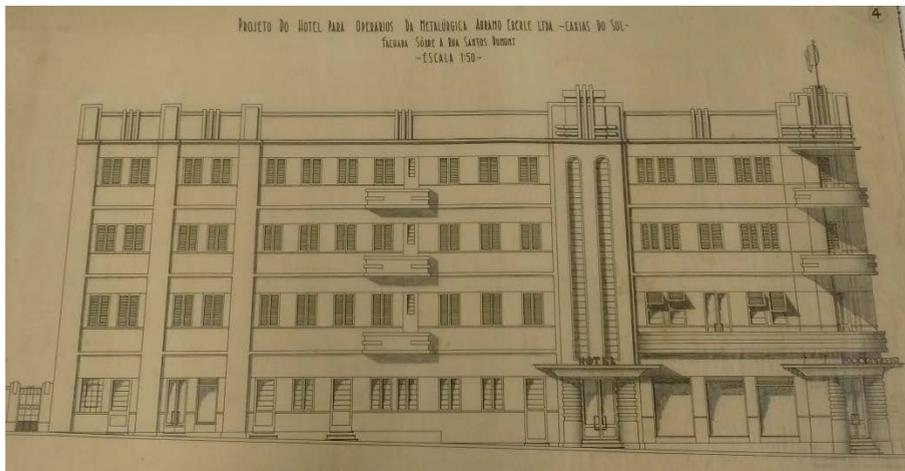


Figura 16. Projeto do Hotel para operários Eberle, 1945. Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, fotografado pela autora.

Os relatos do projeto “A honra do trabalho” e das entrevistas transcritas pelo Arquivo Histórico Municipal refletem perfeitamente esta política da empresa, pois a MAESA não proporcionava apenas uma relação de emprego e renda aos funcionários. O que se pode observar a partir dessas narrativas e da análise do Boletim Eberle é que a empresa fazia parte de toda a vida social das pessoas. Muitos começavam a trabalhar muito cedo, ali aprendiam um ofício, faziam carreira, eram alfabetizados, praticavam esportes e tinham toda uma vida social em torno da metalúrgica.

Outro detalhe que se sobressai nas entrevistas é a relação de amizade e respeito entre colegas, superiores e até mesmo com os donos da MAESA, demonstrando um respeito familiar pela história da fábrica. Em uma das entrevistas, um ex-funcionário, sr. Balduino Aimi responde, ao ser perguntado sobre a preservação da MAESA:

(...) até hoje eu me sinto orgulhoso de ter trabalhado no Eberle. (...). Nós temos que conservar, tem que manter o que nós temos porque isso aí tem gente que conhece desde criança. Eu conheço desde os quatorze anos. Quem trabalhou quarenta e um anos, isso é uma vida, né? (Museu e Arquivo Histórico Municipal, 2014)<sup>44</sup>



Figura 17. Exibição do documentário "A honrado trabalho", na praça Monteiro Lobatto, em frente à MAESA. 2014<sup>45</sup>.

É a partir destas narrativas de vida e do impacto que elas causam na população de Caxias do Sul que os movimentos em defesa da preservação da MAESA se tornam tão fortes a ponto de conseguir realizar grandes mudanças na postura do Município com relação ao tombamento da Metalúrgica.

## CONCLUSÃO

Nas últimas três décadas, como pôde ser observado, os movimentos sociais em prol do tombamento de imóveis considerados de interesse cultural no Rio Grande do Sul cresceram substancialmente. Em parte, isso ocorreu devido a uma mudança de postura com relação ao que poderia ser considerado patrimônio, o que levou à criação de novas leis de preservação e à inclusão de novos critérios para avaliar os objetos de interesse à preservação. Para esta avaliação, a comunidade local passa a figurar como agente dos tombamentos juntamente com o corpo técnico que já atuava até então, trazendo uma visão diferente de patrimônio e popularizando a ideia de tombamento. Assim, os valores culturais dos bens passam a figurar como fator principal ou como fator agregado aos fatores estéticos e arquitetônicos.

Os movimentos ocorridos nos últimos anos pelo tombamento da MAESA respondem a um movimento de participação popular e social em defesa de seu patrimônio cultural. Este grupo, composto essencialmente por ex-operários, seus familiares e estudiosos das áreas de história, arquitetura e patrimônio foram determinantes no que tange à preservação de sua memória. Assim como outros movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul, o engajamento da população de Caxias pelo tombamento da MAESA foi bem-sucedido, porém, diferente de alguns, foi um movimento com uma adesão muito grande de pessoas e com uma enorme visibilidade a nível regional. É necessário frisar aqui que hoje Caxias do Sul é a maior cidade do interior do Estado, com quase 500.000 habitantes<sup>46</sup> (Senso, 2010), sendo ainda um grande polo industrial da região.

Em todas as ações realizadas em prol do tombamento da MAESA o ponto comum era a relação afetiva de ex-funcionários e familiares com a empresa. Aquilo que poderia parecer estranho, em um primeiro momento, dadas as relações previsíveis de trabalho e exploração entre indústria e operariado, aqui ocorre de forma diferente. A relação mantida pela empresa com seus “colaboradores”<sup>47</sup> foi única, e talvez a grande responsável pelo respeito e apreço da população com relação à memória da Metalúrgica e àquilo que ela representou para esta comunidade.

Quanto ao Município, é inegável o seu posicionamento aberto ao diálogo com a comunidade, o seu interesse em mudar sua postura diante da pressão popular. Porém, como se trata de ações ainda em andamento, muita coisa ainda pode e deve ser revista, em especial sobre as ações a serem desempenhadas para a ocupação do complexo.

Se, por um lado é compreensível que a prefeitura esteja correndo para cumprir os prazos acordados com o Estado através da Lei de doação, por outro há uma corrente preocupação com o respeito aos prazos para que os usos culturais estabelecidos no plano de ocupação sejam de fato colocados em prática. E ainda, para além disso, deve-se com urgência avaliar a falta de preocupação com as questões mais sensíveis relacionadas ao projeto executivo de ocupação e restauro da MAESA, os tratamentos que serão dados a nível executivo para que os usos propostos sejam de fato viabilizados sem que a materialidade e o valor do bem tombado se percam.

Não cabe aqui avaliar o plano de ocupação em si, que foi discutido à exaustão e foi amplamente participativo. O que se deve levar em consideração, a partir de agora, são as ações futuras e se estas ações estão de fato preservando um bem considerado de tamanha importância para a comunidade caxiense.

Por fim, cabe ainda à população cobrar e fiscalizar para que a ocupação da MAESA não termine em secretarias públicas, estendendo a ocupação com os demais usos para prazos indefinidos. Se os movimentos iniciais tiveram sucesso, eles não devem parar, pois um bem tombado não é garantia de preservação e nem mesmo a criação de uma lei garante que ela será totalmente cumprida.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado no ano de 1937 e atualmente é conhecido como IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>2</sup> Sobre isso, pode-se ler também Llorenç Prats (2005): “Concepto y gestión del patrimonio local”.

<sup>3</sup> A exemplo da Carta de Veneza, de 1964, que já traz em seu conteúdo um discurso de memória (ICOMOS, 1964).

<sup>4</sup> Estatuto da Cidade: Lei Federal nº10.257 de 10 de julho de 2001.

<sup>5</sup> Art. 216-A, §1º, inciso X.

<sup>6</sup> Cartas Patrimoniais (IPHAN, 2004, p. 319).

<sup>7</sup> O grifo se refere a trecho extraído por Meira do trabalho “Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)”, dissertação de Márcia Sant’Anna, 1995.

<sup>8</sup> O termo ‘capital gaúcha’ é a denominação popular para a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>9</sup> A Metalúrgica Abramo Eberle, em 1945, é transformada em Sociedade Anônima, recebendo então o nome Metalúrgica Abramo Eberle S/A - MAESA (Bertasso e LiMA, 1950, p. 188). No mesmo período inicia-se a construção da segunda fábrica, que acaba sendo popularmente conhecida como MAESA, enquanto que a primeira fábrica ainda era chamada apenas de Eberle.

<sup>10</sup> MAESA – Metalúrgica Abramo Eberle S/A. Razão social da empresa a partir de 1948.

<sup>11</sup> Pode-se citar aí empresas que se dedicaram à fabricação exclusiva de equipamentos e maquinários para a lavoura, outras que se voltaram à fabricação de talheres, pratarias, cutelaria e objetos diversos de uso doméstico, ainda outras que fabricavam certos maquinários específicos para as vinícolas, para as fábricas de fumo ou para os moinhos. A Eberle, por sua vez, não se dedicou a apenas uma área, se tornando com o tempo, das metalúrgicas da região, a mais próspera economicamente devido à variedade imensa de seus produtos.

<sup>12</sup> “Colônia aqui se refere ao processo de colonização e não ao período do Brasil como colônia Portuguesa. Neste caso, colônia representa uma vinculação ao Estado Imperial Brasileiro e não ao Brasil como colônia sujeita ao poder de Portugal. No que se refere ao termo “colono”, trata-se daquele imigrante que trabalha na área rural, dedicando -se aos cuidados com a terra. Essa denominação já é dada a esse imigrante ainda em terras italianas” (NASCIMENTO, 2009, p.57). O termo “colônia”, segundo Giron (1980), é utilizado para designar as terras destinadas preferencialmente ao recebimento dos imigrantes Europeus, e cujo objetivo era o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil: “O caráter particular deste tipo de colonização não encontra similar em outras regiões. [...] Foi o Brasil, possivelmente, o único país a montar uma empresa de colonização visando o benefício e não a exploração de estrangeiros” (GIRON, 1980. *In*: Lando [et al] (org.), 1980. p. 64).

<sup>13</sup> Períodos de guerra, por exemplo, onde os portos eram fechados para a importação e exportação.

<sup>14</sup> Data dos carimbos nos projetos originais da MAESA. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>15</sup> Metalúrgica Voges, ainda operante no local atualmente.

<sup>16</sup> A fábrica de São Ciro, terceira fábrica da MAESA é construída na década de 1960 para a fabricação de motores (Museu e Arquivo Histórico Municipal, 1996, p. 21).

<sup>17</sup> Informação obtida através de texto escrito por Ricardo Fabris de Abreu, diretor da 5ª Vara Federal do Trabalho, após a primeira sessão pública na Câmara dos Vereadores para discutir o tombamento da MAESA, ocorrida em 15/07/2013.

<sup>18</sup> Ofício 072/2011/IPHAE/SEDAC-RS em resposta ao ofício 913/2011-PRM/CS-MPF/Caxias do Sul. Ficha de inventário nº34, vol.1.

<sup>19</sup> Alunos do Programa de Pós-Graduação em Bens Culturais da Faculdade Inovação (FAI).

<sup>20</sup> O projeto “A Honra do trabalho” pode ser acessada pelo site: <http://projetoahonradotrabalho.blogspot.com.br/>, que contém informações sobre o projeto e diversos artigos e relatos de pessoas entrevistadas. O documentário pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=jefEcemZ97Y>. (ambos sites acessados em 13/08/2017). As entrevistas transcritas foram acessadas através do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>21</sup> Jornal Pioneiro, versão online de 27/03/2013. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/noticia/2013/03/documentario-a-honra-do-trabalho-sera-exibido-nesta-quarta-em-caxias-4086545.html> e jornal online Olá, Serra Gaúcha! de 25/03/2013. Disponível em: <http://banners.olaserragaucha.com.br/noticias/cultura/28112/A-Honra-do-Trabalho-resgata-a-historia-da-antiga-Metalurgica-Eberle.html>. Ambos acessados em: 13/08/2017.

<sup>22</sup> Atas de audiências públicas da Câmara de Vereadores do Município de Caxias do Sul. Disponível no centro de memória da Câmara: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid>. Acessado em: 22/07/2017.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/100-MAESA-673367529367700/>. Acesso em: 13/08/2017.

<sup>24</sup> Conforme contato através da página, a organização e criação da mesma partiu de funcionários municipais, porém não foi informada autoria do movimento em si. A página pode ser acessada em: <https://www.facebook.com/100-MAESA-673367529367700/>. Acesso em: 13/08/2017.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/100-MAESA-673367529367700/>. Acesso em: 13.08.2017.

<sup>26</sup> Idem nota 22.

<sup>27</sup> Página disponível em: <https://www.facebook.com/facopartemaesa/>. Acesso em: 13/08/2017.

<sup>28</sup> Extraído da página “Faça parte MAESA”. Idem nota 30.

- <sup>29</sup> Matéria publicada no jornal impresso Folha de Caxias de 19/05/2014. Idem nota 54.
- <sup>30</sup> Notícia online da Rádio Caxias de 19/11/2015. Disponível em: <http://www.radiocaxias.com.br/portal/noticias/legislativo-aprova-projeto-que-proibe-abertura-de-rua-na-maesa-57396>. Acesso em 13.08.2017. (Sobre a rua, ver imagens 02 e 03)
- <sup>31</sup> ClicRBS. Blog Memória Rodrigo Lopes. 15/01/2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/?topo=35,1,1,,35>. Acessado em 14/08/2017.
- <sup>32</sup> Lei Municipal nº 7.495 de 19/10/2012.
- <sup>33</sup> Notícia de 03/07/2014. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/ultimas-noticias/>. Acessado em: 13/08/2017
- <sup>34</sup> Notícia de 02/12/2014. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/ultimas-noticias/>. Acessado em: 13.08.2017
- <sup>35</sup> Lei Estadual nº 14.617 de 08/12/2014. Disponível para busca em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acessado em 14.08.2017.
- <sup>36</sup> ClicRBS, Gaúcha de 28/01/2015. Disponível em: <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/predio-da-maesa-e-declarado-patrimonio-historico-de-caxias-do-sul-129228.html>. Acessado em: 14.08.2017.
- <sup>37</sup> Redação do art. 1º da Lei nº 14.617 (vide nota 66).
- <sup>38</sup> O Plano é apresentado à comunidade em 16/12/2015, conforme divulgado em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/12/prefeitura-apresenta-projeto-de-ocupacao-do-predio-da-maesa-de-caxias-nesta-quarta-4931329.html>, matéria de 15/12/2015. Acessado em: 14.08.2017.
- <sup>39</sup> Conforme matéria de 09/02/2017. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/02/comissao-de-ocupacao-da-maesa-deve-ser-definida-ate-o-fim-da-semana-que-vem-9717181.html>. Acessado em : 14.08.2017
- <sup>40</sup> Página do evento Abrace a MAESA. Panfleto: Rachel Zilio. Fotos: Rafael Willms. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/1980760321965996/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1980760321965996/?active_tab=discussion)  
Acesso em: 27/05/2018.
- <sup>41</sup> Boletim Eberle (1956 a 1965). Digitalizado pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid>. Acessado em 22/07/2017.
- <sup>42</sup> Idem nota 40.

<sup>43</sup> Informações extraídas de entrevista feita com o Sr. Humberto João Storchi, em 04/09/2012 p. 21/22. Disponível no banco de memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Sobre o Grêmio Atlético Eberle, há uma coluna de esportes em todas as edições do Boletim Eberle.

<sup>44</sup> Entrevista feita com o Sr. Balduino Aimi pela servidora Sônia Storchi Fries, em 24/11/2014 p. 21/22. Transcrição disponível no banco de memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>45</sup> Fonte: Vera Damian. Divulgação. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/11/18/setor-de-gravacao-da-maesa-em-1958/?topo=35> Acesso em: 30.05.2018.

<sup>46</sup> 435.564 hab. – senso 2010. Estimativa 2016: 479.236 hab.

<sup>47</sup> Termo utilizado no Boletim Eberle para se referir aos seus funcionários.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a meus orientadores, Anna Beatriz Ayroza Galvão e Federico Calabrese pelo empenho e dedicação com que orientaram esta pesquisa; à FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) pelo suporte financeiro que possibilitou total dedicação ao trabalho, ao MP-CECRE UFBA (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia) pela oportunidade de propor e discutir um tema tão importante atualmente para o Município de Caxias do Sul, e ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami pelo rico acervo disponibilizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, R. F. de. A MAESA e seus três mistérios. (13/08/2017) Recuperado de: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=675770532460733&id=673367529367700](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=675770532460733&id=673367529367700) [Acessado em 20.08.2017].

Bueno, E. (2009) Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Buenas Ideias.

Brasil, Congresso Nacional. Estatuto da Cidade: Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) [Acessado em 05.08.2017].

Brasil, Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) [Acesso em 05.08.2017].

Braz, P. R. de M. (2013) A postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano. In: AZEVEDO, P. O. D de y CORRÊA, E. L. (org.). Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio. Salvador: Edufba, (pp. 127-150). Coleção Arquivemória (v. 2).

Carsalade, F. de L. (2013). A Ética das Intervenções. Rio de Janeiro: IPHAN, Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado%20Profissional%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%202013%20-%20CARSALADE.pdf> [Acesso em: 20.07.2017].

Cavalcanti, M. A. N. (2015) Patrimônio Cultural e Participação Popular: A importância da educação patrimonial. In: ANAIS DO XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis: ANPUH, v. 1, p. 1 - 8. Recuperado de: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares> [Acesso 08.07.2017].

Cruces, F. (1998). Problemas en torno a la restitución del patrimonio. Una visión desde la antropología. *Alteridades*, 16, 75-84.

Documentário A Honra do trabalho. [web]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jefEcemZ97Y> (documentário) [Acessado em 08/07/2017].

Fonseca, M. C. L. (2005). O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 2005. 296 p.

Franco, Á. y Franco, S. M. R. de (1946). O Milagre da Montanha. São Paulo: Ramos, Franco – Editores.

Frizzo, L. M. (1997). Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações. 493 p. Tese (Doutorado). Curso de pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Herédia, V. B. M. (1997). Processo de Industrialização da Zona Italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS.

ICOMOS. (1964) Carta de Veneza. Veneza.

IPHAN. (2004). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN.

Jeudy, H-P. (2005) Espelho das Cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

Kühl, B. M (2006). História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC, São Paulo, n.1, p. 16-40. Recuperado de: [www.revistas.usp.br/article/view/15579/17153](http://www.revistas.usp.br/article/view/15579/17153) [Acesso em: 08.07.2017]. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p16-40>.

Lando, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. *Ix*. LANDO, Aldair Marli [et al] (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

Lazarotto, V. (1981) Pobres Construtores de Riqueza. Absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul, EDUCS.

Meira, A. L. G. (2004). O Passado no Futuro da Cidade: Políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Museu e Arquivo Histórico Municipal (1996). Metal das horas: Eberle - cem anos de realizações. Caxias do Sul.

Nascimento, Roberto Revelino Fogaça do. A Formação Urbana de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

Pelegrini, S. C. A. (2006). Cultura e Natureza: Os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 06, n. 51. p.115-140. Jan/jun 2006. ISSN 0102-0188. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em 06/08/2017.

Pesavento, S. (1985). História da Indústria Sul-Rio-Grandense. Guaíba, RIOCELL.

Projeto a Honra do Trabalho. [web]. Disponível em: <http://projetoahonradotrabalho.blogspot.com.br/> [Acessado em 08/07/2017].

Zanirato, S. H. (2009). Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. Patrimônio e Memória, S. Paulo, v. 1, n. 5, p.137-152, out. 2009. ISSN 1808-1967. Recuperado de: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/11> [Acesso em: 08/07/2017].

## FONTES HISTÓRICAS ÉDITAS E INÉDITAS

Censo 2010.

Defender, M. A. L. Entrevista concedida em 26/03/2012. Recuperado de: <http://defender.org.br/tag/ana-lucia-meira/> [Acesso em: 21/04/2017].

Storchi, S. e Fries, S. Banco de memória: Transcrição de entrevista com Sr. Humberto João Storchi. Caxias do Sul: Arquivo Municipal João Spadari Adami. 04.09.2012. 25 p.

Xavier, M. D. (2016). Mercado Público Municipal de Caxias do Sul. 35p. Trabalho Final de Graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Fronteira Sul: Erechim, RS.

## LA AUTORA

*Ariane Pedrotti de Ávila Dias*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo (UPF) em 2011. Especializada em Cultura Material e Arqueologia pela mesma universidade em 2016, Mestre Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos pela Universidade Federal da Bahia (MP-CECRE UFBA) em 2018. Desde 2013 é a arquiteta responsável pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil, atuando na elaboração de projetos de conservação e restauração de edificações históricas e coordenando os processos de Inventário, Registros e Tombamentos do Patrimônio Cultural do Município.